

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Oeste S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Oeste S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Oeste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Oeste S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Oeste S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de abril de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO	18
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	21
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	21
6. IMOBILIZADO	22
7. INTANGÍVEL	23
8. FORNECEDORES.....	23
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	24
10. PROVISÕES	24
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
12. RECEITA	26
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	27
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS	27
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	28
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	32
19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	35
20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO.....	40
TERMO DE RESPONSABILIDADE	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO OESTE

A Cemig Geração Oeste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Cajurú e Gafanhoto, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Cemig Geração Oeste S.A.	28,9

Parque gerador – Características físicas

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total (MW)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH CAJURÚ	7,2	2,69	PCH	1959	03/01/2053
PCH GAFANHOTO	14	6,68	PCH	1946	04/01/2046

Garantia física realizada e esperada

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028
PCH CAJURÚ	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69
PCH GAFANHOTO	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de negócio em 31/12/2025	Preço no ACR em 01/01/2025	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH CAJURÚ	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$7.064 mil	(1)
PCH GAFANHOTO	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$14.402 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2025, atualização dos custos de transmissão em 06/2025, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$60.595 mil, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada continua com valor bem abaixo da média, ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluentes (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD.

Já o armazenamento não apresentou destaques, mantendo-se em níveis próximos à média histórica e encerrando o ano com 45% de armazenamento no SIN – o 10º maior percentual no período de 1999 a 2025.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$225,94/MWh, Nordeste com R\$176,61/MWh e Norte com R\$182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Oeste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$4.289 mil, desse montante destacam-se os seguintes investimentos:

Usina	Investimentos
Gafanhoto	Obra de adequação da capacidade da vertente

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$18.266 mil em 2025, comparado ao resultado de R\$ 12.835 mil em 2024.

Receita

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Atualmente, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida em 2025 foi de R\$ 33.459 mil, comparada a R\$ 30.499 mil em 2024.

A fatura da RAG é emitida mensalmente, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o valor correspondente à sua participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que ocorre a cobrança.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$14.123 mil em 2025 (R\$15.541 mil em 2024), dos quais R\$3.751 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$3.877 mil em 2024) e R\$10.372 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$ 11.664 mil em 2024).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.233 mil (R\$ 1.469 mil em 2024), representando 14,97% (7,58% em 2024) em relação ao resultado societário de R\$14.917 mil (R\$ 19.378 mil em 2024) antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente ao exercício de 2025 e 2024. Destacamos que a margem LAJIDA foi de 63,91% em 2025 (55,45% em 2024).

	2025	2024	Var. %
Resultado regulatório	18.266	12.835	42,31%
Despesa com IR e CS	2.233	1.469	52,01%
Resultado financeiro	(3.255)	(1.252)	159,98%
Amortização e depreciação	2.803	2.803	0,00%
LAJIDA⁽¹⁾	20.047	15.855	26,44%

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$12.684 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$634 mil para constituição de reserva legal;
- R\$6.025 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$6.025 mil para pagamento de dividendos adicionais.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022(Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Oeste é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	805	5.159
Investimentos temporários	4	7.985	8.572
Consumidores e revendedores	5	2.989	3.239
Serviços em curso	19.3	407	-
Tributos compensáveis		106	5
Outros ativos		19	20
		12.311	16.995
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação	20	-	13.690
TOTAL DO CIRCULANTE		12.311	30.685
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	2.947
Tributos compensáveis		327	255
Imobilizado	6	61.221	57.734
Intangível	7	33.757	35.444
Direito de uso		227	274
Outros ativos		39	43
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		95.571	96.697
ATIVO TOTAL		107.882	127.382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.796	4.781
Encargos setoriais		952	89
Impostos, taxas e contribuições	9	646	684
Imposto de renda e contribuição social	16	313	89
Dividendos a pagar	11	10.034	8.507
Convênio de compartilhamento	17	246	197
Passivo de arrendamento		100	89
Outras obrigações		1	52
TOTAL DO CIRCULANTE		16.088	14.488
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		40	706
Impostos, taxas e contribuições	9	1.012	705
Imposto de renda e contribuição social	16	717	729
Passivo de arrendamento		154	209
Outras obrigações		4	23
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.927	2.372
TOTAL DO PASSIVO		18.015	16.860
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		60.595	60.595
Reservas de lucros		29.272	49.927
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		89.867	110.522
PASSIVO TOTAL		107.882	127.382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA BRUTA	12a	33.459	30.499
Fornecimento de energia elétrica		-	-
Suprimento de energia elétrica		28.307	27.469
Energia elétrica de curto prazo		5.152	3.020
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	10
TRIBUTOS	12b	(1.395)	(1.283)
PIS/Pasep		(238)	(219)
Cofins		(1.108)	(1.013)
ICMS		(49)	(51)
ENCARGOS	12b	(697)	(623)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(314)	(285)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(283)	(234)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(100)	(104)
RECEITA LÍQUIDA	12	31.367	28.593
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	13	(3.751)	(3.877)
Encargos de uso da rede de distribuição		(3.751)	(3.874)
Energia elétrica comprada para revenda		-	(3)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		27.616	24.716
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(10.372)	(11.664)
Pessoal e administradores	14a	(448)	(554)
Materiais		(551)	(304)
Serviços de terceiros	14b	(8.826)	(7.940)
Depreciação e amortização		(3.481)	(2.724)
Amortização do direito de uso		(83)	(79)
Outros custos e receitas		3.017	(63)
RESULTADO DA ATIVIDADE		17.244	13.052
Resultado financeiro	15	3.255	1.252
Receitas financeiras		3.372	1.346
Despesas financeiras		(117)	(94)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		20.499	14.304
Despesa com tributos sobre o lucro	16	(2.233)	(1.469)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		18.266	12.835

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.266	12.835
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	18.266	12.835

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	60.595	45.599	-	106.194
Resultado do exercício	-		12.835	12.835
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(5.074)	5.074	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	895	(895)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(8.507)	(8.507)
Reserva de retenção de lucros	-	8.507	(8.507)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	60.595	49.927	-	110.522
Pagamento de reserva especial	-	(28.887)	-	(28.887)
Dividendos extraordinários (art. 199, Lei 6.404/76)	-	(4.009)	-	(4.009)
Resultado do exercício	-	-	18.266	18.266
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	5.582	(5.582)	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	634	(634)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(6.025)	(6.025)
Dividendos adicionais	-	6.025	(6.025)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	60.595	29.272	-	89.867

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	18.266	12.835
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)	2.233	1.469
Depreciação e Amortização (Nota 14)	3.481	2.724
Amortização do direito de uso	83	79
Juros passivo de arrendamento	20	23
Ganho na alienação de ativos	(3.350)	-
Juros e variações monetárias (Nota 15)	(3.169)	(1.139)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	-	(10)
	17.564	15.981
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	250	(736)
Serviços em curso	(407)	(1)
Tributos compensáveis	(1.025)	(192)
Outros ativos	6	163
	(1.176)	(766)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	(985)	1.748
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 9)	269	233
Encargos setoriais	197	149
Convênio de Compartilhamento (Nota 17)	49	23
Outras obrigações	(70)	(75)
	(540)	2.078
Caixa gerado nas atividades operacionais	15.848	17.293
Imposto Renda e Contribuição Social pagos (Nota 16)	(1.169)	(1.074)
Juros recebidos (Nota 4)	3.040	839
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.719	17.058
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(45.549)	(22.342)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	49.212	16.472
Imobilizado e Intangível (Nota 6, Nota 7)	(4.289)	(8.499)
Alienação de ativos (Nota 20)	16.047	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	15.421	(14.369)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11)	(37.394)	-
Arrendamentos pagos	(100)	(72)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(37.494)	(72)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.354)	2.617
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.159	2.542
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	805	5.159

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Oeste S.A, sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.842/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins da Cemig GT para a Cemig Geração Oeste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

Em 30/09/2025, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa Nº 16.490, transferindo a titularidade da concessão da PCH Martins para a Âmbar Energia.

A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto e Cajuru) possui 21,20 MW de potência instalada e 9,37 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto e Cajuru, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2023. Em 2024, os 30% restantes da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Cajuru	01/2053
Gafanhoto	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, executa as atividades administrativas e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 12 – Consumidores e revendedores (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 18 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo);
- Nota 20 – Bens destinados à alienação (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis regulatórias materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à bonificação pela outorga. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A principal taxa está demonstrada na nota explicativa nº 5 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

c) Receita

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Contas bancárias				61	44
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	98,0%	-	1.629
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15%	744	3.486
TOTAL				805	5.159

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	6.967	6.119
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	918	1.586
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	99	109
Fundos vinculados				1	758
				7.985	8.572
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	-	2.947
				-	2.947
				7.985	11.519

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes			2025	2024
	Corrente a vencer		Corrente vencida		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias		
Suprimento energia – Moeda nacional	-	470	99	569	756
Suprimento/ encargo rede não faturado	-	2.420	-	2.420	2.483
TOTAL	-	2.890	99	2.989	3.239

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perdas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		56.084	(3.237)	52.847	46.958	(1.442)	45.516
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,80	302	(45)	257	302	(35)	267
Reservatórios, barragens e adutoras	3,52	52.387	(2.405)	49.982	43.368	(774)	42.594
Máquinas e equipamentos	4,28	3.395	(787)	2.608	3.288	(633)	2.655
Em curso		8.374	-	8.374	12.218	-	12.218
Total	3,6	64.458	(3.237)	61.221	59.176	(1.442)	57.734

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Transferências (A)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço						
Obras civis, benfeitorias e edificações	302	-	302	-	(45)	257
Reservatórios, barragens e adutoras	43.368	9.019	52.387	9.019	(2.405)	49.982
Máquinas e equipamentos	3.288	107	3.395	107	(787)	2.608
Total AIS	46.958	9.126	56.084	9.126	(3.237)	52.847

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificações (C) ⁽¹⁾	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em curso								
Máquinas e equipamentos	2.208	825	(107)	993	3.919	1.711	-	3.919
Outros	10.010	3.464	(9.019)	-	4.455	(5.555)	-	4.455
Total AIC	12.218	4.289	(9.126)	993	8.374	(3.844)	-	8.374
Total do ativo imobilizado	59.176	4.289	-	993	64.458	5.282	(3.237)	61.221

(1) Saldo reclassificado do ativo mantido para venda.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	13	13
Máquinas e equipamentos	601	224	825
Outros	-	3.451	3.451
Total das adições	601	3.688	4.289

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2025, a taxa média de depreciação anual foi de 3,60% (3,66% em 2024).

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2025			2024		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	51.613	(17.861)	33.752	51.613	(16.174)	35.439
Bonificação pela outorga	51.379	(17.828)	33.551	51.379	(16.148)	35.231
Extensão da concessão	234	(33)	201	234	(26)	208
Em curso	5	-	5	5	-	5
Total	51.618	(17.861)	33.757	51.618	(16.174)	35.444

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	51.613	(17.861)	33.752	35.439
Bonificação pela outorga	51.379	(17.828)	33.551	35.231
Extensão da concessão	234	(33)	201	208
Em curso	5	-	5	5
Total	51.618	(17.861)	33.757	35.444

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento e Transporte de Energia	-	149
Materiais e Serviços	3.796	4.632
TOTAL	3.796	4.781

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2025	2024
Circulante		
ICMS	4	5
COFINS	71	59
PASEP	15	13
INSS	475	482
ISSQN	64	102
Outros	17	23
	646	684
Não circulante		
COFINS	718	567
PASEP	294	138
	1.012	705
Total	1.658	1.389

10. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, são constituídos pelas ações tributárias, no montante de R\$20 (R\$17 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes da cobrança de crédito tributário a título de ITR, de 2020, da Usina de Martins.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Capital Social da Companhia é de R\$60.595, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reserva legal	8.286	7.652
Reserva de retenção de lucros	58.968	85.839
Absorção de prejuízos regulatórios	(37.982)	(43.564)
	29.272	49.927

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$634 de Reserva Legal em 2025 (R\$895 em 2024), correspondendo a 5,00% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a legislação.

Reserva especial

Em 2025, foi efetuado o pagamento do montante de R\$28.887, registrado em reserva especial, correspondente à parcela do lucro líquido do exercício de anos de 2021, 2022 e 2023, em conformidade com o disposto no §5º do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	12.684	17.909
Reserva legal constituída (5%)	(634)	(895)
	12.050	17.014
Dividendos obrigatórios (50%)	6.025	8.507
Dividendos adicionais	6.025	-
Total dos dividendos	12.050	8.507

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Constituição de dividendos obrigatórios ref. 2024	8.507
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.507
Proposta de pagamento de reserva especial de exercícios anteriores	28.887
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. a 2024	(8.507)
Pagamento de reserva especial de exercícios anteriores	(28.887)
Proposta de dividendos extraordinários (art. 199, Lei 6.404/76)	4.009
Proposta de dividendos obrigatórios ref. a 2025	6.025
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.034

Destinação do Resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$12.684, seja dada a seguinte destinação:

- R\$634 para constituição de reserva legal;
- R\$6.025 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$6.025 para pagamento de dividendos adicionais.

12. RECEITA

	2025	2024
Fornecimento Comercial	-	260
Transações com energia na CCEE	5.152	3.020
Suprimento cotas - Geração própria	28.726	27.372
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(419)	(163)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	10
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	33.459	30.499
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(2.092)	(1.906)
	31.367	28.593

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento comercial	-	1	-	2.223	-	260
Suprimento faturado	88	83	61.835	62.088	28.726	27.372
Suprimento não faturado	-	-	-	-	(419)	(163)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	5.152	3.020
Total	88	84	61.835	64.311	33.459	30.499

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	49	51
Cofins	1.108	1.013
PIS/Pasep	238	219
	1.395	1.283
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	88	80
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	125	114
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	63	57
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	100	104
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	283	234
CDE sobre P&D	38	34
	697	623
Total	2.092	1.906

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	-	3
Encargos de uso da rede de distribuição	3.751	3.874
	3.751	3.877

14. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Pessoal e administradores (a)	448	554
Materiais	551	304
Serviços de terceiros (b)	8.826	7.940
Depreciação e amortização	3.564	2.803
Outros custos e despesas operacionais líquidos ⁽¹⁾	(3.017)	63
	10.372	11.664

(1) Em 16 de outubro de 2025, a Companhia obteve um ganho de capital de R\$3.350 com a alienação da PCH Martins. Mais detalhes na nota 20.

a) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	369	502
	369	502
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	68	41
Participação nos resultados	9	7
Benefícios dos administradores	2	4
	79	52
TOTAL	448	554

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, conservação e instalações	6.932	6.343
Vigilância	473	419
Conservação e limpeza de prédios	-	51
Despesas com transporte	2	9
Meio ambiente	795	820
Tecnologia da informação	188	138
Auditoria externa	38	36
Outros	398	(2.440)
TOTAL	8.826	7.940

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	3.181	1.282
Variações Monetárias	153	-
Outras	38	64
	3.372	1.346
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(94)	(65)
Juros Passivo de Arrendamento	(20)	(23)
Outras	(3)	(6)
	(117)	(94)
RESULTADO FINANCEIRO	3.255	1.252

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de renda	48	14
Contribuição social	265	75
TOTAL	313	89

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Passivo não Circulante		
Imposto de renda	450	472
Contribuição social	267	257
TOTAL	717	729

c) Conciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Bruta	33.124	33.124
ICMS ST	(49)	(49)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	3.482	3.482
Outras Receitas Financeiras	177	177
Base de cálculo Lucro Presumido	6.305	7.628
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	946	687
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	607	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.552	687
Outros	4	1
Rendas de aplicações	3.181	3.181
Rendas de aplicações resgatadas	3.482	3.482
Rendas Aplicações não resgatadas	(301)	(301)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(75)	(27)
Receita por competência diferida	2.966	2.966
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	237	356
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	59	32
Corrente	1.557	687
Diferido	(16)	5

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Bruta	30.511	30.511
ICMS ST	(51)	(51)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.040	1.040
Outras Receitas Financeiras	53	53
Base de cálculo Lucro Presumido	3.530	4.748
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	529	427
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	329	-
IR e CS - Lucro Presumido	858	427
Rendas de aplicações	1.282	1.282
Rendas de aplicações resgatadas	1.040	1.040

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Rendas Aplicações não resgatadas	242	242
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	60	22
Receita por competência diferida	3.293	3.293
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	263	395
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	66	36
Corrente	858	427
Diferido	126	57

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	185	-	-	2.351	2.217	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	149	-	-	(3.834)	(3.834)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	246	249	-	-	(607)	(573)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.245	765	-	-	(2.223)	(2.564)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	6.025	8.507	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$6.025. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	744	3.486	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.984	7.814	-	-	141	437	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.947	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig.

Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	68	41
Participação nos resultados	24	12
Previdência privada	2	3
Total	94	56

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores	2	2.989	2989	3.239	3.239
		2.989	2.989	3.239	3239
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	744	744	5.115	5.115
Investimentos temporários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.967	6967	6.119	6.119
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	918	918	4.533	4.533
Debêntures	2	99	99	109	109
		8.728	8728	15.876	15.876
		11.717	11717	19.115	19.115

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(3.796)	(3.796)	(4.781)	(4.781)
Passivo de arrendamentos		(254)	(254)	(298)	(298)
		(4.050)	(4.050)	(5.079)	(5.079)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos

reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento ⁽¹⁾	9	9	95	129	98	340
Fornecedores	3.796	-	-	-	-	3.796
TOTAL	3.805	9	95	129	98	4.136

(1) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das PCHs, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		805	-	805	5.159	-	5.159
Investimentos temporários	19.2	7.985	(1)	7.984	8.572	(758)	7.814
Consumidores e revendedores		2.989	-	2.989	3.239	-	3.239
Serviços em curso	19.3	407	(407)	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	9.968	9.968	-	9.558	9.558
Tributos compensáveis		106	-	106	5	-	5
Outros ativos	19.2	19	-	19	20	757	777
		12.311	9.560	21.871	16.995	9.557	26.552
Bens destinados à alienação	19.4	-	-	-	7.163	(7.163)	-
Ativo não circulante mantido para venda	19.4	-	-	-	6.527	16.898	23.425
TOTAL DO CIRCULANTE		12.311	9.560	21.871	30.685	19.292	49.977
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	2.947	-	2.947
Tributos compensáveis		327	-	327	255	-	255
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	61.566	61.566	-	59.501	59.501
Imobilizado		61.221	-	61.221	57.734	-	57.734
Intangível	19.1	33.757	(33.551)	206	35.444	(35.230)	214
Direito de uso		227	-	227	274	-	274
Outros ativos		39	-	39	43	-	43
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		95.571	28.015	123.586	96.697	24.271	120.968
ATIVO TOTAL		107.882	37.575	145.457	127.382	43.563	170.945

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		3.796	-	3.796	4.781	-	4.781
Encargos setoriais	19.3	952	(407)	545	89	(1)	88
Impostos taxas e contribuições		646	-	646	684	-	684
Imposto de renda e contribuição social		313	-	313	89	-	89
Dividendos		10.034	-	10.034	8.507	-	8.507
Convênio de compartilhamento		246	-	246	197	-	197
Passivo de arrendamentos		100	-	100	89	-	89
Outras obrigações		1	-	1	52	-	52
TOTAL DO CIRCULANTE		16.088	(407)	15.681	14.488	(1)	14.487
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		40	-	40	706	-	706
Impostos, taxas e contribuições		1.012	-	1.012	705	-	705
Imposto de renda e contribuição social		717	-	717	729	-	729
Passivo de arrendamentos		154	-	154	209	-	209
Outras obrigações		4	-	4	23	-	23
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.927	-	1.927	2.372	-	2.372
TOTAL DO PASSIVO		18.015	(407)	17.608	16.860	(1)	16.859
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		60.595	-	60.595	60.595	-	60.595
Reservas de lucros	19.1	29.272	37.982	67.254	49.927	43.564	93.491
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		89.867	37.982	127.849	110.522	43.564	154.086
PASSIVO TOTAL		107.882	37.575	145.457	127.382	43.563	170.945

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		33.459	3.092	36.551	30.499	3.314	33.813
Fornecimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		28.307	-	28.307	27.469	-	27.469
Energia elétrica de curto prazo		5.152	-	5.152	3.020	-	3.020
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(12.323)	(12.323)	-	(11.960)	(11.960)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	15.415	15.415	-	15.274	15.274
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	10	-	10
TRIBUTOS		(1.395)	-	(1.395)	(1.283)	-	(1.283)
PIS/Pasep		(238)	-	(238)	(219)	-	(219)
Cofins		(1.108)	-	(1.108)	(1.013)	-	(1.013)
ICMS		(49)	-	(49)	(51)	-	(51)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(697)	-	(697)	(623)	-	(623)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(314)	-	(314)	(285)	-	(285)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(283)	-	(283)	(234)	-	(234)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(100)	-	(100)	(104)	-	(104)
RECEITA LÍQUIDA		31.367	3.092	34.459	28.593	3.314	31.907
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(3.751)	-	(3.751)	(3.877)	-	(3.877)
Encargos de uso da rede de distribuição		(3.751)	-	(3.751)	(3.874)	-	(3.874)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	-	(3)	-	(3)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		27.616	3.092	30.708	24.716	3.314	28.030
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(10.372)	(8.674)	(19.046)	(11.664)	1.760	(9.904)
Pessoal e administradores		(448)	-	(448)	(554)	-	(554)
Materiais		(551)	-	(551)	(304)	-	(304)
Serviços de terceiros		(8.826)	-	(8.826)	(7.940)	-	(7.940)
Depreciação e amortização	19.1	(3.481)	1.678	(1.803)	(2.724)	1.760	(964)
Amortização direito de uso		(83)	-	(83)	(79)	-	(79)
Outros custos operacionais		3.017	(10.352)	(7.335)	(63)	-	(63)
RESULTADO DA ATIVIDADE		17.244	(5.582)	11.662	13.052	5.074	18.126
Resultado financeiro		3.255	-	3.255	1.252	-	1.252
Receitas financeiras		3.372	-	3.372	1.346	-	1.346
Despesas financeiras		(117)	-	(117)	(94)	-	(94)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		20.499	(5.582)	14.917	14.304	5.074	19.378
Despesa com tributos sobre o lucro		(2.233)	-	(2.233)	(1.469)	-	(1.469)
Resultado líquido		18.266	(5.582)	12.684	12.835	5.074	17.909

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	127.849	154.086
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(1.570)	(1.570)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(36.411)	(41.993)
Operações de arrendamento mercantil	(1)	(1)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(37.982)	(43.564)
Patrimônio líquido regulatório	89.867	110.522

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	12.684	17.909
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(3.092)	(3.314)
Amortização - Ativo intangível	(1.678)	(1.760)
Provisão pra redução ao valor recuperável	10.352	-
Total dos ajustes de práticas contábeis	5.582	(5.074)
Lucro líquido regulatório	18.266	12.835

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

19.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de

outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

19.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

19.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

19.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores são apresentados como parte do saldo de ativos classificados como mantidos para venda.

20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Transferência onerosa de PCH/UHEs

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 1 PCHs/UHEs da Companhia, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
PCH Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

Foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbar Hidroenergia LTDA, sendo o valor de R\$16 milhões.

Por fim, em 16 de outubro de 2025, foi concluída a transferência onerosa da usina Martins, pertencente à Cemig Geração Oeste, para a empresa vencedora Âmbar Hidroenergia Ltda., após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Transferência Onerosa.

A movimentação do ativo imobilizado e do ativo financeiro mantidos para venda segue abaixo:

	Valor bruto do AMV em 31/12/2024	Reclassificações (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Valor Bruto do AMV em 31/12/2025
Em serviço	2.820		(3.918)	1.098	-
Obras civis, benfeitorias e edificações	498		(498)	-	-
Máquinas e equipamentos	2.322		(3.420)	1.098	-
					-
Em curso	4.127	(993)	(2.036)	(1.098)	-
Total	6.947	(993)	(6.947)	-	-

	Valor bruto do AMV em 31/12/2024	Amortização acumulada	Baixas e alienações (B)	Valor bruto do AMV em 31/12/2025
Em serviço	6.917	(247)	(6.670)	-
Bonificação pela outorga	6.917	(247)	(6.670)	-
Total	6.917	(247)	(6.670)	-

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis em 2025:

Preço de transferência	16.047
(-) Saldo do ativo mantido para venda	(12.697)
Ganho de capital	3.350

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 13 de abril 2026

Outorgada: Cemig Geração Oeste S.A.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.